

## REGISTRO DE REUNIÃO

### GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO A PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS (GAPE)

#### ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

#### DADOS DA REUNIÃO

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
02/08/2024	10h00	12h00	Virtual

#### **PARTICIPANTES**

##### Membros do Gape:

Nome	Unidade	Presença
Vicente Bandeira de Aquino Neto (Presidente)	Anatel	-
Nilo Pasquali (Secretário)	Anatel	-
Hermano Barros Tercius (Titular)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
David de Oliveira Penha (Suplente)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
Anita Gea Martinez Stefani (Titular)	Ministério da Educação (MEC)	-
Ana Úngari Dal Fabbro (Suplente)	Ministério da Educação (MEC)	Presente
Hugo Vidica Mortoza (Titular)	Algar Telecom S.A. (Algar)	-
Margaret de Almeida Cadête Moonsammy (Suplente)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Fabio Augusto de Andrade Santana (Titular)	Claro S.A. (Claro)	Presente
Monique Pereira Ibitinga de Barros (Suplente)	Claro S.A. (Claro)	Presente
José Gonçalves Neto (Titular)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	Presente
Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves (Suplente)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	-
Marcelo Concolato Meijas (Titular)	TIM S.A. (TIM)	-
Mario Girasole (Suplente)	TIM S.A. (TIM)	-

##### Outros participantes:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Allyna Michelle Santos Assunção	Anatel
Carolina Henn Bernardi Lellis	Anatel
Eduardo Marques da Costa Jacomassi	Anatel
Felipe Roberto de Lima	Anatel
Fernando Di Pietro Cordenonssi	Anatel
Gesilêa Fonseca Teles	Anatel
Livia Caruline dos Santos Lima de Sá	Anatel
Maria Lucia Ricci Bardi	Anatel
Márcio Lucas Graciano Junior	Anatel
Talita Maria Passos Prenholato Takenouchi	Anatel
Abrahan Lincoln Dorea Silva	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Ana Luisa de Oliveira Ribeiro	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Clayton Regis Torres Queiroz	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Fabiana Garcia	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Flávio Ferreira dos Santos	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Francisco Nildo Sobral	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Jhon Clayton Ribeiro	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Luiz Carlos Gonçalves	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Marcio Augusto Roma Buzar	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Patricia Costa Dias	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Raul Lara Campos	Claro S.A. (Claro)
Flávio Fernando da Silva Gomes	Algar Telecom S.A. (Algar)
Leonardo Siqueira Vasconcelos	TIM S.A. (TIM)
Sebastião Sergio de Oliveira Junior	TIM S.A. (TIM)

## PAUTA

Item	Descrição
1	Aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de junho de 2024.
2	Acompanhamento das atividades da Eace.
3	Acompanhamento das atividades do SGT-Comunicação.
4	Acompanhamento das atividades do SGT-Diagnóstico e Deliberação pela aprovação das RFPs referentes à Fase 4.
5	Deliberação sobre Proposta de Novas Diretrizes para os Projetos de Conectividade em Escolas.
6	Outros Assuntos.
7	Próxima reunião e próximos passos.

## RELATO DA REUNIÃO

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, agradeceu a participação de todos e informou que **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, estava impossibilitado de participar daquela reunião, por problemas de saúde e que **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, estava em missão da Anatel no exterior, motivo pelo qual presidiria a 29ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape).

Iniciou informando os itens da pauta, que seriam: a aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária; o acompanhamento das atividades da Eace; a deliberação pela aprovação das RFPs referentes à Fase 4, que constava do item de Acompanhamento das atividades do SGT-Diagnóstico; e a deliberação sobre a Proposta de Novas Diretrizes para os Projetos de Conectividade em Escolas. Indicou os demais assuntos que constam da pauta e que poderiam ser tratados eventuais outros assuntos e que, ao final, seria definida a data da próxima reunião e os próximos passos.

Antes de entrar na pauta, informou que o Gape tinha recebido uma solicitação por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), para apresentar nessa reunião do Gape as necessidades de conectividade de escolas rurais, mapeadas por aquele Ministério. Nesse sentido, disse que gostaria de abrir um espaço logo no início da reunião, para que os representantes do MDA pudessem realizar sua apresentação e que, em sequência, daria início ao cumprimento da pauta da reunião, conforme encaminhada por email.

Verificou se os representantes do MDA estavam presentes na reunião e solicitou que se manifestassem. Como não houve manifestação, disse que, caso eles ingressassem na reunião, seria aberto um espaço para a apresentação; caso contrário, seria verificada data oportuna para tanto.

Passou ao primeiro item da Pauta.

## 1. APROVAÇÃO DA ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAPE

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, referindo-se ao encaminhamento, por *e-mail*, da minuta de Ata da 28ª Reunião Ordinária do Gape, ocorrida em 14 de junho de 2024, questionou aos membros se haveria algum comentário ou sugestão de ajuste à minuta que havia sido enviada.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, se manifestou, para informar que a minuta da Ata não tinha chegado aos membros da Eace, e **Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, solicitou à Secretaria do Gape que verificasse se havia algum problema de encaminhamento.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, acrescentou que entendia que, entre os membros do Gape que receberam a minuta da Ata da 28ª Reunião Ordinária do Gape, não havia comentários adicionais e, portanto a Ata poderia deixar consignada a aprovação, deixando uma espaço para que, caso a Eace encontrasse algum ajuste textual, seria acatado e, caso se tratasse de uma sugestão não textual o tema seria retomado.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, concordou com a proposição.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, declarou aprovada a Ata da 28ª Reunião Ordinária do Gape, ocorrida em 14 de junho de 2024, com as ressalvas apontadas nos itens anteriores, que, após assinada pelos representantes da Anatel, seria disponibilizada no SEI para assinatura dos demais membros e, posteriormente, no espaço reservado ao Gape no *site* da Anatel.

Passou a seguir para o próximo item da pauta.

## 2. ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA EACE

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, informou que, neste item da pauta, seria ouvido o reporte da Eace acerca de suas atividades, e passou a palavra para que **Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, tratasse do assunto.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, cumprimentou a todos e informou que o processo previsto para as aquisições relativas às RFPs das fases 2 e 3 havia sido concluído e a assembleia das associadas para autorizar as assinaturas dos contratos relativos a essas duas fases havia sido agendada para a quarta-feira da próxima semana. Deixou a palavra aberta para que os outros representantes da Eace se manifestassem, caso tivessem algo a acrescentar.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, questionou qual seria a previsão para a conclusão de todos os contratos, para que se pudesse ter uma previsão do andamento das instalações.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, respondeu que a previsão era fazer a divulgação da carta de adjudicação dos fornecedores na próxima semana, e a equipe do **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, já poderia começar a trabalhar com os fornecedores, enquanto os contratos eram finalizados.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, acrescentou que a assembleia das associadas para autorizar as assinaturas dos contratos era uma exigência do estatuto da Eace, considerando o valor contratado e, ocorrendo essa autorização, os contratos poderiam ser assinados, inclusive na mesma data.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, disse que se tratava de 50 contratos e poderiam acontecer discussões com fornecedores, mas seria dada toda a celeridade para o início da implantação.

**Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, informou que todas as minutas contratuais e anexos estavam prontos e restava o diálogo com os fornecedores. Afirmou que as assinaturas iriam decorrer das negociações contratuais que fossem feitas.

**Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, cumprimentou a todos e acrescentou que toda a parte de gestão e de fiscalização estava preparada e que, após a liberação do primeiro contrato, seria iniciado o planejamento de implantação com a empresa. Disse que a equipe de operações de campo estava preparada para esse processo.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, agradeceu as informações e disse que gostaria de deixar registrado o interesse do MEC em agilizar a conexão das escolas.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, apontou o status do contrato da Telebras como outro ponto relevante a ser comentado.

**Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, informou que a Eace havia recebido a proposta comercial da Telebras no dia 10 de julho e que, nas últimas semanas, aconteceram inúmeras interações entre ligações e reuniões com a equipes comercial e jurídica da Telebras, objetivando o alinhamento de alguns pontos relevantes do contrato. Esclareceu que estavam na etapa final da negociação contratual com a Telebras. Disse se tratar de um contrato grande e que a avaliação havia sido feita juntamente com escritório parceiro, mas que estava tudo bem alinhado com a Telebras.

**Hermano Barros Tercius, representante do MCOM**, cumprimentou a todos, disse que estava fazendo o acompanhamento e, no sentido de entender melhor, questionou se, além do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), já assinado com o Ministério das Comunicações, deveria ser assinado um contrato de adesão ao Gesac, para as conexões via satélite.

**Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, esclareceu que o ACT assinado com o Ministério das Comunicações não permitia transferência financeira e, pela normativa do Ministério das Comunicações, além da celebração do ACT, deverá ser celebrado um contrato específico entre a Telebras e a Eace. Disse que estavam sendo discutidas cláusulas contratuais, como multa, confidencialidade, especificações técnicas e outras, além da adaptação entre as duas políticas públicas, pois o Gesac teria que estar de acordo com o Edital de 5G.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, complementou dizendo que não podia ser assinada somente a adesão a um contrato padrão da Telebras, porque o Gesac previa algumas coisas que não estão no escopo do Edital de 5G. Assim, a contratação pela Eace exigia pequenos ajustes, como o caso do Wi-Fi externo, para atendimento à região do ponto conectado, que não estava previsto no Edital de 5G e a Eace não poderia contratar. Disse que essas cláusulas estavam sendo negociadas e o contrato seria apresentado ao SGT Diagnóstico, antes de seguir para assinatura.

**Hermano Barros Tercius, representante do MCOM**, agradeceu as explicações.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, acrescentou que o contrato estava sendo finalizado e seria apresentado ao SGT Diagnóstico, para ciência de todos. Disse que a Assembleia da Eace seria realizada após a liberação da contratação pelo Conselho Diretor da Anatel.

**Hermano Barros Tercius, representante do MCOM**, se manifestou, para informar que esse assunto estava pautado para a próxima reunião do Conselho Diretor da Anatel, que aconteceria na quinta-feira da próxima semana.

**Gesiléa Fonseca Teles, da Anatel**, confirmou que o processo havia sido pautado pelo conselheiro relator, para julgamento na próxima semana.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, questionou se haveria mais alguma dúvida ou comentário adicional e, como ninguém se manifestou, agradeceu à Eace e passou para o próximo item da pauta.

### 3. **ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO SGT-COMUNICAÇÃO.**

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, disse que nesse item seria feito o relato das atividades desenvolvidas pelo SGT-Comunicação e passou a palavra para que **Talita Maria Passos Prenholato Takenouchi, Coordenadora do SGT-Comunicação** fizesse o reporte.

**Talita Maria Passos Prenholato Takenouchi, Coordenadora do SGT-Comunicação**, cumprimentou a todos e disse que o SGT-Com apresentaria duas propostas que visavam ao atendimento das Diretrizes de Comunicação do Gape.

Informou que o SGT-Com estava trabalhando na otimização dos recursos e na melhoria do site da Eace, no sentido de dar mais transparência às informações e facilitar a consulta pela sociedade. Acrescentou que a Eace havia detalhado essas melhorias pontuais do site, que seriam tratadas na próxima reunião do SGT-Com.

Com relação ao atendimento às duas diretrizes específicas da [Portaria nº 2782, de 26 de fevereiro de 2024](#), apontou para os dois itens que deveriam ser implementados:

- o canal de denúncias, por meio do qual os cidadãos pudessem apontar, diretamente pelo site, irregularidades quanto à atuação da Eace ou à própria implementação dos projetos;
- a divulgação dos extratos de contrato, por meio do portal da Eace.

Lembrou que esses itens exigiam aprovação do Gape, para efetiva implementação e passou a palavra para que a Eace fizesse a apresentação, para posterior deliberação pelo Gape.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, agradeceu e passou a palavra para **Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**.

**Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, cumprimentou a todos e disponibilizou a Apresentação da Eace (SEI nº 12450615), dizendo que trataria do Extrato Público de Contratos, que havia sido amplamente discutido no âmbito do Gape, e do Canal de Denúncias.

Retomou as determinações da Portaria nº 2.782/2024, que, com base no alinhamento com os princípios de publicidade e transparência, dispunha que deveriam constar do site da Eace documentos e informações, dentre eles, contratos/extratos públicos.

Assim, a fim de cumprir essa disposição da portaria, apresentou uma proposta de informações que deveriam constar do extrato público, a ser disponibilizado para o público em geral:

- (i) Partes do Contrato;
- (ii) Testemunhas;
- (iii) Objeto;
- (iv) Ato que autorizou a celebração do contrato (Aprovação do Conselho Diretor da Anatel e se houver, Ata de reunião do Gape);
- (v) Vigência, com data de assinatura e termo final do Contrato e;
- (vi) Valor Nominal do Contrato.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, esclareceu que os preços unitários não seriam divulgados, no sentido de não haver prejuízo para as próximas rodadas de RFPs, uma vez que a divulgação de preços unitários poderia induzir a acréscimo nos preços, sendo que havia especificidades e diferenças entre as regiões atendidas e, portanto, não fazia sentido essa divulgação. Exemplificou que, considerando a logística, os preços unitários praticados na Região Norte eram mais altos e, para atendimento a outras regiões, mais bem servidas por estradas, rodovias e acessos, o fornecedor acabaria por apresentar um valor partindo dos preços praticados na Região Norte, o que acabaria por onerar a proposta, prejudicando a utilização dos recursos.

**Talita Maria Passos Prenholato Takenouchi, Coordenadora do SGT-Comunicação**, solicitou que **Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, apresentasse a Planilha com as informações, que já havia sido circulada pelo SGT-F, considerando a necessidade da visão financeira e acrescentou que não havia sido identificado nenhum entrave para que a divulgação fosse feita da forma apresentada e, caso algum usuário específico, solicitasse maior detalhamento, havia mecanismo de contato com a Eace, para se fazer um requerimento individualizado.

**Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, apresentou uma Proposta de Planilha (SEI nº 12454193), preenchida com as informações mencionadas, relativas ao Projeto-Piloto, que submetia aos comentários e sugestões do colegiado.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, agradeceu a apresentação e se referiu à pauta da reunião em curso, onde constava "acompanhamento das atividades do SGT-Comunicação", sem mencionar algum item a ser deliberado, para lembrar que, na última reunião do Gape, havia sido sinalizado que esse item do SGT-Com seria trazido para deliberação do Gape. Afirmou que, da parte da Secretaria e Presidência, em exercício do Gape, não via problema em trazer esse item para deliberação, considerando inclusive que o item tinha sido debatido no âmbito do SGT-Com, que contava com representação dos membros do Gape.

Disse que, como coordenador do SGT-Financeiro, não via nenhuma questão adicional a ser complementada e havia recebido sinalização da assessoria do Conselheiro Vicente Bandeira de Aquino Neto, que, do ponto de vista da presidência do Gape, esse tema poderia ser deliberado. A seguir, abriu

a palavra a todos os membros do Gape, para considerações, com relação à proposta trazida pelo SGT-Com.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, se manifestou, para mostrar sua satisfação com a divulgação dos extratos do contrato, assunto já discutido a algum tempo, e considerava oportuna a divulgação das informações das contratações. Disse que não havia nenhuma sugestão por parte do MEC, que estava de acordo com a proposta.

**David de Oliveira Penha, representante do MCOM**, se manifestou de acordo com a proposta.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, considerando o silêncio dos demais integrantes do Gape, disse entender como concordância com a proposta do SGT-Com.

Assim sendo, declarou aprovada a publicação do extrato dos contratos, no formato deliberado pelo SGT-Com, e apresentado na reunião em curso.

Acrescentou que as questões operacionais da implementação seriam tratadas no âmbito do SGT-Com e solicitou que essa implementação ocorresse no menor tempo possível.

A seguir, devolveu a palavra à Eace, para que fizesse a apresentação do item sobre o Canal de Denúncia.

**Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, prosseguiu com sua apresentação e relacionou os itens que seriam abordados na apresentação.

Iniciou, referindo-se à já mencionada Portaria nº 2782/2024, que aprovou as diretrizes de comunicação, que prevê em seu item 6.:

*6. A EACE deve manter, em seu site, canal de denúncias que possibilite reportar irregularidades relacionadas à sua atuação ou sobre os projetos de conectividade de escolas públicas.*

*6.1. Formas, prazos e procedimentos para recebimento e tratamento de denúncias deverão ser debatidos e aprovados pelo Gape.*

Informou que a Deloitte era uma empresa global de Consultoria, que atendia as maiores empresas do mundo e que se tratava de empresa consolidada que, há mais de 10 anos atuava no Brasil com canal de denúncias de praticamente todos os segmentos da economia. Em seguida, discorreu sobre os tipos de denúncias que costumavam ser apresentadas.

Esclareceu que, pelo canal da Eace, poderiam ser feitos três tipos de denúncias:

Denúncia identificada: o denunciante se identifica e registra seus dados;

Denúncia sigilosa: o denunciante se identifica apenas para a Deloitte e fica anônimo para a Eace e;

Denúncia anônima: o denunciante não se identifica, mas pode oferecer um e-mail para possibilitar que a Deloitte entre em contato para solicitar complementação de informações e documentos.

Informou sobre os quatro operadores internos das denúncias: Responsável pela Denúncia, que pode a área de *compliance* ou um terceiro, a depender da complexidade dessa investigação; Investigador, que faz o processamento da denúncia e define como vai funcionar a investigação; Responsabilizador, que define as consequências que são aplicadas ao denunciado; e Contribuidor que contribui com informações e evidências quando solicitado e que pode ser uma testemunha.

A seguir apresentou o Macrofluxo de funcionamento do Canal de Denúncia, que dispõe de três tipos de acesso: Acesso Público; Acesso da Eace; e Acesso da Deloitte. Esclareceu as diferenças entre cada tipo de acesso e informou sobre os meios pelos quais pode ser feito o registro da denúncia. Disse que o denunciante receberia uma senha, que permitiria a visualização do relato, o acompanhamento do andamento da denúncia, o encaminhamento de outras informações, caso necessário, e, ao final, o recebimento da resposta sobre o tratamento da denúncia.

Apresentou o fluxo da Gestão do Relato, que aborda registro, revisão pela Deloitte, encaminhamento para a Eace, revisão e aprovação da denúncia. Esclareceu que esse processo pode exigir solicitação de correções e/ou informações ao denunciante, até que seja aprovada e encaminhada para investigação.

Informou que o próprio sistema permite acesso a diversos indicadores, como criticidade e natureza da denúncia, dentre outros indicadores que também permitem o aperfeiçoamento da gestão de pessoas e a gestão de projetos.

Com relação a prazos, disse que, em média, as denúncias são processadas em 30 (trinta) dias, mas que havia exceções, a depender da criticidade ou da complexidade.

Acrescentou que o Canal de Denúncia dispunha de Inteligência Artificial para solução de dúvidas e que o Assistente Virtual era uma solução de Inteligência Artificial e *Machine Learning*, visando acultramento, agilidade e padronização de respostas dos colaboradores.

Informou que o Gape terá acesso ao sistema do Canal de Denúncias, para acompanhamento/auditoria e será notificado sobre denúncias envolvendo questões financeiras.

Por fim, apresentou o e-mail, o endereço do site e o número de telefone para encaminhamento de denúncias, que já estavam definidos e estariam aptos a receber denúncias após a aprovação pelo Gape:

e-mail: [integridadeeace@relatoconfidencial.com.br](mailto:integridadeeace@relatoconfidencial.com.br)

site: <https://relatoconfidencial.com.br/eace/>

telefone: 0800 721 3252

Acessou o [Site do Canal de Denúncias da Eace](#), informou que o *link* ficará disponível no site da Eace, em local a ser definido pelo SGT-Com e navegou pelo site, mostrando o acesso para diversas situações que ensejem manifestação pelo Canal de Denúncias.

**Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, finalizou a apresentação e se colocou à disposição, para discussão e contribuição de todos.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, complementou, dizendo que esse era o padrão de Canal de Denúncias, utilizado pela Sociedade Brasileira de Gestão Corporativa - SBGC. Disse que a Delloite se tratava de empresa com expertise na prestação desse tipo de serviço e que as maiores empresas do Brasil utilizam esse mesmo sistema, incluindo empresas privadas e bancos públicos e privados, o que motivou a Eace a adotar esse padrão, já aceito de mercado, que segue as melhores práticas de gestão corporativa.

**Talita Maria Passos Prenholato Takenouchi, Coordenadora do SGT-Comunicação**, acrescentou que, atualmente, o portal já dispõe de sessão específica de "fale conosco" e a ideia era diferenciar o canal específico para requerimento de informações, reclamações e elogios e outro canal, específico para denúncias que seguem fluxos distintos. Esclareceu que as duas funcionalidades estarão disponíveis no site, na mesma sessão, e que deve ficar claro qual o canal de acesso para cada finalidade de contato do cidadão, que serão diferenciadas, com indicação de prazo médio de atendimento para cada caso, o que estava sendo discutido no âmbito do SGT-Com.

Informou ainda que, a depender do tipo de denúncia ou da gravidade, ela seria encaminhada ao Gape, especialmente com relação a desvio de dinheiro e outras questões consideradas graves. Disse ainda que representados indicados pelos membros do Gape teriam acesso à ferramenta para acompanhamento das denúncias.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, agradeceu a apresentação e os demais esclarecimentos e também o trabalho desempenhado no SGT-Com, sob a coordenação da **Talita Maria Passos Prenholato Takenouchi, Coordenadora do SGT-Comunicação**, e disse entender que estariam aptos a deliberar, considerando a sinalização na última Reunião Ordinária do Gape e o debate no SGT-Com, que envolveu todas as entidades representadas. Acrescentou que, de sua parte e da parte do **Conselheiro Vicente Bandeira de Aquino Neto**, conforme informado pela assessoria do conselheiro, não havia qualquer questão que impedisse a deliberação. Em sequência, abriu a palavra para manifestação dos demais colegas membros do Gape, representantes dos ministérios e das prestadoras, caso tivesse alguma consideração ou sugestão, questionando se poderia aprovar a matéria, nos termos apresentados.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, se manifestou favorável à aprovação do Canal de Denúncias.

**David de Oliveira Penha, representante do MCOM**, se manifestou favorável à aprovação do Canal de Denúncias e acrescentou que iria tratar da indicação do representação do MCOM para o SGT-Com.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, questionou se havia mais alguma manifestação e, não havendo qualquer manifestação, declarou aprovado o canal de denúncias, por meio do qual os

cidadãos poderão apontar, diretamente pelo site, irregularidades em relação à atuação da Eace ou a própria implementação dos projetos.

Acrescentou que considerava importante colocar o canal de denúncias em funcionamento e assim obter mais expertise em seu funcionamento. Disse que havia tranquilidade em relação ao modelo adotado, à diligência com relação à resposta, ao processo interno que havia sido apresentado e ao fluxo bem mapeado. Passou então para o próximo item da pauta.

#### **4. ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO SGT-DIAGNÓSTICO E DELIBERAÇÃO PELA APROVAÇÃO DAS RFPs REFERENTES À FASE 4.**

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, convidou o **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT-Diagnóstico**, para tratar das atividades do grupo.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT-Diagnóstico**, cumprimentou a todos e disponibilizou a Apresentação SGT-D (SEI nº 12436330), a fim de relatar as atividades do SGT-D desde a 28ª reunião do Gape, ocorrida em 14 de junho de 2024.

Informou que aconteceram duas reuniões do SGT-D, além das reuniões semanais de acompanhamento com a Eace.

Disse que na 25ª Reunião do SGT-D, de 26 de junho de 2024, a Eace apresentou o resultado da negociação com fornecedores para as fases 2 e 3 do Gape e abordou a elaboração das RFPs da Fase 4, que estavam sendo elaboradas, agregando o aprendizado das fases anteriores.

Em relação aos atendimento satelital, disse que o ACT entre Eace e MCOM tinha sido assinado e que o contrato estava em discussão entre a Eace e a Telebras, sendo que a aprovação deveria passar pela decisão do Conselho Diretor da Anatel.

Quanto à situação da Energia Fotovoltaica, informou que o Ministério de Minas e Energia – MME apresentou a situação de energia elétrica nas escolas das fases 2 e 3 e do Programa Luz para Todos. Esclareceu que o MEC, o Gape e a Eace trabalham com o código INEP das escolas e as distribuidoras de energia elétrica trabalham com o código de identificação de consumidor, o que dificulta um pouco a integração entre os dados das escolas do Gape e do MME. Assim, a EACE iria interagir com as concessionárias de energia para resolver as dúvidas do cadastro e evitar duplicação de esforços. Também no sentido de evitar duplicidade de investimentos, o MEC apresentou um levantamento das escolas, que serão atendidas com outros recursos pelas secretarias, que foram retiradas da lista das escolas a receberem energia fotovoltaica com recursos do Gape.

Lembrou que, na mesma reunião, havia sido apresentada uma proposta de alteração das Diretrizes do Gape, para ajuste à Estratégia Nacional de Educação Conectada - Enec.

Na 26ª reunião do SGT-D, realizada em 10 de julho de 2024 a Eace apresentou, para contribuições, a proposta das RFPs da Fase 4, que incorporaram os aprendizados das fases anteriores, prestou esclarecimentos sobre a introdução da tecnologia FWA, como possibilidade de atendimento, e informou que foram incorporados, às RFPs da Fase 4, os ajustes dos parâmetros da rede interna do Wi-Fi, sugeridos para o edital do BNDES.

Informou que nessa reunião se decidiu que a minuta de Portaria de alteração das diretrizes do Gape e as RFPs da fase 4 seriam submetidas para deliberação na próxima reunião do Gape. Acrescentou que a Eace havia informado ainda que estavam pendentes: o encaminhamento das fases 2 e 3, que dependia da finalização das reuniões do Presidente do Gape com os fornecedores e da aprovação pelo conselho diretor da Anatel e as propostas técnica e financeira da Telebras.

A seguir detalhou a proposta da Minuta de Portaria (12345873) que aprova as Novas Diretrizes para os Projetos do Gape, que também foi circulada pelos membros do Gape. Esclareceu que havia recebido e acatado uma contribuição do MEC para que se fizesse menção às duas últimas resoluções do Conselho Executivo da Enec, a [Resolução CENEC nº 2, de 22 de fevereiro de 2024](#), e a [Resolução CENEC nº 3, de 11 de julho de 2024](#), que tratam justamente da velocidade e dos requisitos para a rede interna Wi-Fi.

Com relação à proposta de contratação da rede interna e de energia fotovoltaica da fase 4, informou que havia recebido uma contribuição da EACE, que também foi acatada, que propunha a contratação da rede

interna e da energia fotovoltaica fosse feita em lotes distintos de contratação: Energia fotovoltaica em um único lote nacional e; Rede interna em 5 lotes organizados geograficamente.

Esclareceu que a motivação da Eace para contratação da Energia Fotovoltaica da Fase 4 em um único lote nacional, levou em consideração a pequena quantidade de escolas dispersas entre UFs/Regiões distintas, o que permitiria ganho de escala e melhores condições de negociação de preço.

A seguir, apresentou a proposta da Eace de contratação da Rede Interna da Fase 4, agrupadas em 5 lotes, organizados geograficamente, também considerando ganhos de escala:

Lote 1: 1.695 escolas do Acre, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Pará e Rondônia;

Lote 2: 3.110 escolas do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte;

Lote 3: 3.002 escolas de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Sergipe;

Lote 4: 1.574 escolas do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e;

Lote 5: 1.168 escolas do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Disse que se pensou na possibilidade de agrupar as escolas da Região Sul e da Região Sudeste, mas considerando a necessidade de priorização das escolas do Rio Grande do Sul, em função da calamidade pública, se decidiu pela separação em dois lotes.

Finalizou a apresentação, agradeceu a atenção de todos e propôs a aprovação da Proposta das Novas Diretrizes para os Projetos do Gape e das RFPs da Fase 4.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, agradeceu e apontou que a apresentação do SGT-D abordou a deliberação das RFPs referentes à Fase 4, dentro do item 4 da pauta de acompanhamento das atividades do SGT-Diagnóstico e do item 5 da pauta, que tratava da deliberação sobre Proposta de Novas Diretrizes para os Projetos de Conectividade em Escolas.

A seguir, abriu a palavra para eventuais comentários e, no sentido de organizar a discussão sobre as propostas de deliberação, iniciou pela proposta de aprovação das RFPs da Fase 4.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, manifestou preocupação em relação à proposta de aglutinar os lotes da rede interna, considerando o impacto, em termos da execução dos projetos e apresentou duas perguntas: a primeira, em relação ao impacto no prazo de execução, pois o mesmo fornecedor executaria maior quantitativo de escolas, o que poderia resultar em maior tempo para a conexão dessas escolas e; a segunda pergunta, sobre eventual redução de competitividade.

**Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, respondeu que, ao analisar as escolas, a Eace havia observado a questão da dispersão no caso do atendimento das regiões Norte e Centro-Oeste, pois a Região Centro-Oeste tem poucas escolas e a atratividade de atendimento dessa região é diferente da região Norte, onde há um grau de complexidade maior. Assim, a proposta de um lote de escolas para as duas regiões era no sentido de haver sinergia entre as duas unidades da federação e buscar uma redução de preço.

Lembrou que, no caso dos lotes das fases 2 e 3 na Região Norte, havia grande concentração no Amazonas e no Pará e a contratação da rede externa havia sido mantida, por escola, para que houvesse maior competitividade. No caso da rede interna, se trabalhava com redes padronizadas e empresas de médio e grande porte, estruturadas e com capacidade operacional instalada maior. Disse que isso acontecia também para a contratação da solução fotovoltaica.

No caso da Fase 4, afirmou que havia maior dispersão por todo Brasil. A Região Norte, com alto grau de complexidade e alta dispersão geográfica de escolas, as regiões Sudeste e Centro-Oeste um pouco mais de concentração de escolas e a Região Nordeste com a maior concentração de escolas.

Esclareceu que, para haver atratividade de participantes, o trabalho deve ser feito pensando nos lotes a serem licitados, o que, na Fase 2 e 3, resultou na decisão inicial de se fazer a rede externa, por escola, a rede interna, em lotes por unidade da federação e a solução fotovoltaica, por município.

Mas, a partir do momento que se foi ao mercado e se conseguiu, para a rede interna, empresas de médio e grande porte, com capacidade operacional, disponibilidade de equipamentos e menor prazo de implantação, se entendeu que poderia ser buscada uma sinergia entre as UFs, fazendo um arranjo que favorece a logística do fornecedor e um ganho de preço para o projeto.

Se fosse adotada, para a Fase 4, a mesma premissa das Fases 2 e 3, haveria 23 fornecedores (número de unidades da federação), o que exigiria acompanhamento caso a caso e com menor ganho de escala dos fornecedores. A adoção do arranjo por UFs, diminui o trabalho de acompanhamento e, principalmente, aumenta a possibilidade de ganho financeiro para a mesa de compras. Disse que o entendimento da área de operações e da mesa de compras era que, com empresas de médio porte, se conseguiria maior velocidade e menor preço na implantação.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, agradeceu o esclarecimento e perguntou quantas empresas participaram efetivamente do lote de Wi-Fi das Fases 2 e 3 e se todas conseguiriam concorrer dentro de uma proposta desse tipo.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, respondeu que 11 empresas foram habilitadas tecnicamente.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, complementou, dizendo que poderia ocorrer de empresas, habilitadas tecnicamente nas Fases 2 e 3, mas que ficaram fora pelo preço, ajustarem o preço para serem competitivas nas próximas fases. Disse que, especialmente para a rede interna, existiam muitos fornecedores em todas as regiões do Brasil.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, questionou ainda se, na visão da Eace, se conseguiria manter o mesmo padrão de participação ou haveria uma redução muito grande de proponentes na Fase 4, considerando a existência de menos lotes. Perguntou se não haveria um caminho intermediário entre fazer as RFPs por Estado e por cinco lotes.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, disse que o Aprender Conectado se tratava de projeto diferenciado e as empresas iriam se preparar e se adequar conforme a demanda, assim como aconteceu nas Fases 2 e 3. Informou que nenhuma empresa irá dispor de equipes regionais e terão que buscar essas equipes e se preparar para a execução dos trabalhos. Apontou a disponibilidade de equipamentos, como outra questão importante, conforme havia sido mencionado por **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**.

Acrescentou que o que acaba acontecendo é que os fornecedores pleiteiam várias regiões e, por mais que se aumente a quantidade de lotes, a entrega vai acabar se consolidando novamente, porque conseguem ganho de escalas, apesar do desafio de conseguir equipes regionais. Assim no caso das Fases 2 e 3, vários fornecedores apresentaram proposta para as 5 mil escolas.

Disse ainda que a melhor resposta para essa pergunta seria dada acompanhando a velocidade de entrega das Fases 2 e 3, mas que, nesse momento, concordava com a proposta apresentada por **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**.

**Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, apontou para o mapa com o número de escolas por Unidade da Federação e mencionou escolas a serem atendidas em algumas Unidades da Federação, 92 em Goiás, 73 no Mato Grosso do Sul, 85 no Mato Grosso, 90 no Paraná, e afirmou que, se a quebra fosse muito grande, seria difícil conseguir um fornecedor de médio a grande porte que oferecesse equipamentos com a especificação aprovada, para implantar 90 escolas. Afirmou que, quando há escala, a tendência é conseguir preço melhor de negociação, por escola, o que foi considerado para a elaboração da proposta de RFPs em cinco lotes.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, agradeceu e apresentou **Marcio Augusto Roma Buzar, representante do FNDE**, presente na reunião, que tinha sinalizado que gostaria de se manifestar.

**Marcio Augusto Roma Buzar, representante do FNDE**, cumprimentou a todos, informou que tinha assumido a Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e, no sentido de complementar, disse que estava correta a preocupação de agrupar lotes de projetos com maior e menor dificuldade, no sentido de obter melhor preço. No entanto, apontou uma dúvida, pois em processos de parceria público-privada, principalmente em aeroportos, o fornecedor que ganhava um aeroporto bom e um aeroporto que não dava tanto lucro, acabava devolvendo o que não dava lucro. Disse que essa ocorrência talvez decorresse de um processo mal desenhado, mas a pergunta era para entender como seria feita a junção desses dois lotes de projetos, para obter sucesso também na Região Norte, onde o atendimento era mais difícil.

**Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, respondeu que, após a adjudicação, a equipe de operações da Eace irá se reunir com a empresa para estabelecer o plano de trabalho. Disse que a rota de implantação será definida pela Eace e, para atender o cronograma, a implantação dos dois lotes terá que ser simultânea nas duas regiões. Assim, nesse processo, não se corre o risco de atender uma região em detrimento da outra.

**Marcio Augusto Roma Buzar, representante do FNDE**, agradeceu o esclarecimento.

**Flávio Ferreira dos Santos, Presidente da Eace**, acrescentou que um fornecedor contratado venha a rescindir o contrato, poderá ser inabilitado para participar de outros processos de contratação pela Eace.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, afirmou que entendia que o cerne do debate era a questão da granularidade dos lotes da rede interna e questionou se haveria mais algum comentário.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, afirmou que as duas principais preocupações do MEC estavam relacionadas ao prazo de execução, e aos preços praticados para garantir a otimização dos recursos e conseguir conectar o maior número de escolas. Afirmou não ter nenhuma objeção à proposta, mas gostaria de deixar registrada a necessidade do monitoramento dos prazos de execução e acompanhamento cuidadoso para assegurar boa participação para conseguir o ganho de escala.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, agradeceu e disse que, na sua visão, a proposta trazida pelo SGT-D era sólida, em termos da experiência conseguida nas fases anteriores, e também considerava válidas as preocupações do MEC quanto ao monitoramento para que, eventualmente, se pudesse fazer algum ajuste que fosse necessário.

Questionou se mais alguém teria algum comentário a fazer.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, disse que tinha outro ponto, sobre as RFPs, que se tratava de uma pequena mudança que deve constar das próprias diretrizes do Gape, para contemplar os parâmetros da [Resolução CENEC nº 3, de 11 de julho de 2024](#), que estabelece os parâmetros recomendados para os pontos de acesso da rede interna sem fio (Wi-Fi) nas escolas públicas de educação básica.

Disse que deve haver uma diferenciação, entre o parâmetro do ensino fundamental e médio e o parâmetro das escolas exclusivamente de educação infantil e que essa distinção estava relacionada a algumas especificidades dessa etapa de vida dos estudantes, em que o uso da tecnologia era feito prioritariamente pelo professor, e não pelos estudantes.

Acrescentou que, no caso de crianças pequenas, havia recomendações do uso das tecnologias digitais, do ponto de vista pedagógico, para garantia dos direitos de aprendizagem e também havia recomendações da Organização Mundial da Saúde, do ponto de vista da saúde, do tempo de exposição a telas e, somando essas recomendações, o MEC vinha trabalhando em relação à educação infantil, no sentido de ter cautela com a exposição desses estudantes às telas e à tecnologia.

Assim, solicitava que fosse feito um ajuste nos parâmetros usados para dimensionamento dos kits de Wi-Fi da Fase 4, uma vez que não haveria necessidade de Wi-Fi nas salas de aula de escolas, com matrículas exclusivamente para educação infantil. Propôs ainda que, para escolas somente de educação infantil, fosse instalado um único ponto de acesso Wi-Fi.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, agradeceu e abriu a palavra para **Francisco Nildo Sobral, da Eace**, que tinha sinalizado que gostaria de se manifestar.

**Francisco Nildo Sobral, da Eace**, disse que não tinham recebido essa informação de não haver necessidade de cobertura nas salas de aula de educação exclusivamente infantil. Questionou se estava correto o seu entendimento de que não deveria haver cobertura em sala de aula para escolas exclusivamente de educação infantil, mas que deveria haver cobertura em outros ambientes dessa escola, que não sala de aula.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, disse estar ciente que não havia previsão de compra de dispositivos com telas para escolas de educação infantil mas, em sua visão, não fazia sentido prever investimento para cobertura de Wi-Fi para a sala de aula, quando não era recomendado ao professor a utilização de tecnologia com as crianças.

Disse que o que se esperava dos docentes e dos demais profissionais das escolas de educação infantil é que eles utilizem a tecnologia pontualmente, nos demais ambientes, para planejamento, para gestão, em outros espaços, como bibliotecas e outros espaços coletivos da escola.

**Francisco Nildo Sobral, da Eace**, afirmou que, de qualquer forma, seria necessário estudar se a base de dados traz informação de outros ambientes, além das salas de aula.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, respondeu que tinha feito uma avaliação das RFPs e que, no corpo do texto, havia previsão da quantidade de kits pelo número de pontos de acesso, e haveria necessidade de uma mudança no anexo para essas escolas, exclusivamente de educação infantil, que receberiam um kit com menor número de pontos de acesso. Afirmou que se tratava uma pequena diferença em termos de economia para o projeto, mas a decisão era pela coerência com as recomendações do ponto de vista pedagógico.

Disse que, para o cálculo dos kits, seria necessário excluir a variável "quantidade de salas utilizadas" e que, para escolas, exclusivamente de educação infantil, pequenas, que dispunham, em média, de duas salas, poderia se utilizar um único ponto de acesso.

**Francisco Nildo Sobral, da Eace**, alertou que não havia garantia de que o sinal desse ponto de acesso não alcançasse a sala de aula, considerando o comportamento indisciplinado do sinal radioelétrico.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT-Diagnóstico**, disse que tinha tido uma reunião com a com MEC para discutir esse tema e que concordava com a ideia da alteração proposta por **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, uma vez que trazia coerência para as recomendações da Enec e o impacto operacional era pequeno para a Eace.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, disse que, como alertado pelo Nildo, não havia garantia de que as salas não teriam, de fato, cobertura do sinal, pois se tratavam de escolas muito pequenas.

**Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, disse que concordava que haveria pouco impacto e sugeriu que fosse feita uma reunião rápida com a equipe técnica da Eace, para melhor entendimento, com o objetivo de fazer os ajustes necessários. Todos concordaram com a proposição.

**Gesilêa Fonseca Teles, da Anatel**, questionou se a redução de número de apps para escolas exclusivamente a educação infantil era só para as escolas da Fase 4 ou alcançaria as escolas das Fases 2 e 3.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, respondeu que a proposta estava sendo feita para as escolas da Fase 4, que era o que estava sendo deliberado e disse ter receio de fazer o ajuste para as escolas das Fases 2 e 3 e acabar atrasando a contratação. Assim, considerando que o impacto de recursos era pequeno, não via problema de seguir com as Fases 2 e 3 da forma que está, e fazer o ajuste para a Fase 4, até porque a Resolução CENEC nº 3 tinha sido publicada no dia 11 de julho de 2024, motivo pelo qual esse ajuste estava sendo feito somente agora.

**Gesilêa Fonseca Teles, da Anatel**, questionou à Eace se não seria o caso de fazer essa ajuste também para as escolas das Fases 2 e 3, considerando que não havia sido feita a contratação.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, respondeu que era melhor não alterar as Fases 2 e 3, considerando que toda documentação estava pronta e essa alteração exigiria uma revisão pela equipe técnica. Acrescentou que, havendo essa alteração, o processo deveria voltar para o fornecedor e a assembleia para assinatura dos contratos já estava agendada e todo o material pronto para divulgação. Assim, considerando que essa alteração era marginal, sugeriu que o ajuste fosse feito só para as escolas da Fase 4.

**Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, concordou com o comentário de **Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**.

**David de Oliveira Penha, representante do MCOM**, também se manifestou a favor de não alterar as Fases 2 e 3.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, disse que, considerando o andamento dos projetos, não seria o caso de reabrir as discussões em relação às Fases 2 e 3. Além disso, havia um critério

temporal e o ajuste estava sendo feito, a partir de uma resolução de julho de 2024.

A seguir, no sentido de dar encaminhamento à aprovação das RFPs da Fase 4, indicou que a deliberação seria pela aprovação dos lotes ajustados conforme sugestão da Eace, levando em conta as preocupações e ponderações de acompanhamento colocadas por **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, especialmente, na parte específica dos lotes da rede interna. Acrescentou ainda que a aprovação seria feita com a indicação de revisão dos números de pontos de acesso contidos nos anexos às RFPs, desconsiderando a informação das salas de aula do Censo Escolar para escolas exclusivamente de educação infantil, exceto para aquelas escolas em que a informação do Censo indicasse uma única sala de aula, conforme apresentado pela representante do MEC.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, manifestou concordância com a proposta de deliberação apresentada.

**Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, também manifestou concordância com a aprovação e lembrou que, para as escolas atendidas pelo Gesac, não haveria necessidade de rede interna, uma vez que o Gesac já dispunha do aparelho para recepção do sinal. Reforçou então a necessidade da reunião técnica, para que esse ajuste ficasse claro, para evitar dúvidas para as equipes de execução.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, colocou então em debate a aprovação da publicação das RFPs da Fase 4, com a orientação de que, antes da publicação, fosse revisto o Anexo das RFPs, para incorporar as alterações trazidas pelo MEC, com relação às escolas exclusivamente de educação infantil. Acrescentou que, por intermédio do SGT-Diagnóstico e da Secretaria do Gape, seria realizada uma reunião envolvendo a equipe operacional da Eace, para rever o quantitativo de pontos de acesso constante do Anexo das RFPs.

**David de Oliveira Penha, representante do MCOM e Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, se manifestaram de acordo.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, observando não haver qualquer manifestação contrária à aprovação, declarou aprovada a publicação das RFPs da Fase 4, conforme estabelecido em parágrafo anterior.

Passou então para o próximo item da pauta.

#### 5. **DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE NOVAS DIRETRIZES PARA OS PROJETOS DE CONECTIVIDADE EM ESCOLAS.**

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, lembrou que este item da pauta trataria da deliberação sobre a proposta, do SGT-Diagnóstico, de novas diretrizes para os projetos de conectividade em escolas encaminhada aos integrantes do Gape e abriu a palavra para manifestação.

**David de Oliveira Penha, representante do MCOM**, se manifestou de acordo.

**Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, se manifestou de acordo.

**Margaret de Almeida Cadête Moonsammy, representante da Algar**, se manifestou de acordo

**José Gonçalves Neto, representante da Telefônica**, se manifestou de acordo.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, questionou se mais algum dos representantes das prestadoras gostaria de se manifestar e, não havendo manifestação contrária, declarou aprovada a Portaria das novas diretrizes do Gape, nos termos da Minuta de Portaria (SEI nº 12345873), encaminhada por e-mail no dia anterior por **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT-Diagnóstico**, que foi ajustada em relação à minuta encaminhada originalmente na convocação, para inserir, nas referências do documento, duas Resoluções do Comitê Executivo da Enec, a [Resolução CENEC nº 2, de 22 de fevereiro de 2024](#), que estabelece os parâmetros de conectividade para fins pedagógicos nos estabelecimentos de ensino da rede pública de educação básica, e a [Resolução CENEC nº 3, de 11 de julho de 2024](#), que estabelece os parâmetros recomendados para conexão de internet de Rede Interna sem fio (Wi-Fi) nas escolas públicas de educação básica.

Passou para o próximo e último item da pauta.

#### 6. **PRÓXIMA REUNIÃO E PRÓXIMOS PASSOS**

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, ao tratar da próxima reunião e dos próximos passos, sugeriu que a próxima reunião ordinária do Gape acontecesse na terça-feira, dia 27 de agosto de 2024, às 10h00, de forma remota, e, como não houve objeção, ficou definida essa data para a 30ª Reunião Ordinária do Gape, a ser realizada de forma remota, e lembrou que a data seria devidamente confirmada com o envio do convite da reunião.

Quanto aos próximos passos, disse que seriam mantidos o acompanhamento das atividades da Eace e o reporte dos subgrupos técnicos, caso fosse necessário.

Por fim, questionou aos membros do Gape se gostariam de sugerir algum outro passo importante para tratar no momento.

**David de Oliveira Penha, representante do MCOM**, solicitou a confirmação se as RFPs da Fase 4 seriam publicadas depois de serem feitos os ajustes tratados durante a reunião e se havia um cronograma dessa publicação.

**Carlos Rogério Fiuza Saldanha Filho, CFO da Eace**, respondeu que a Eace faria os ajustes e faria a publicação. Acrescentou que ainda não tinha cronograma, mas feitos os ajustes, a Eace faria a publicação.

**Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, sugeriu que a reunião sugerida por **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, fosse feita no horário das reuniões habituais de acompanhamento das atividades da Eace, que ocorrem toda segunda-feira e que os representantes do MEC e do MCOM seriam convidados para a reunião.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT-Diagnóstico**, se manifestou de acordo, informou que a reunião ocorreria na segunda-feira às 15h00 e seria encaminhado o convite.

Não havendo manifestação, **Felipe Roberto de Lima, Coordenador do SGT-Financeiro**, finalizou a reunião, agradeceu mais uma vez a participação de todas e todos e informou que a minuta de ata da presente reunião seria encaminhada aos demais membros para apreciação e eventuais contribuições.

Com essas considerações, declarou encerrada a 29ª Reunião Ordinária do GAPE.

## **ANEXOS**

**Apresentação Eace (29ª Reunião Ordinária do Gape) (SEI nº12450615)**

**Proposta de Planilha Eace (29ª Reunião Ordinária do Gape) (SEI nº 12454193)**

**Apresentação SGT-D (29ª Reunião Ordinária do Gape) (SEI nº 12436330)**

**Minuta de Portaria que aprova as Novas Diretrizes para os Projetos do Gape (SEI nº12345873)**

## **APROVAÇÃO**

Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários certificam que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Grupo**, em 15/09/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Roberto de Lima, Secretário do Grupo**, em 23/09/2024, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **12301988** e o código CRC **26AB5A92**.

---